



Apesar dessa maneira um pouco heterodoxa de ver o mundo dos negócios, venho me dedicando com afinco a estudar, entender e ajudar a implantar melhores práticas de Governança Corporativa por acreditar que esta é a terceira onda de consolidação nas relações entre o capital e a sociedade.

POR EDUARDO JOSÉ BERNINI*

“...Dominar o mundo”

Eu e o Diogo Mainardi compartilhamos o mesmo hobby: assistir cartuns na TV com os filhos. Talvez por isso, eu não consigo deixar de associar Governança Corporativa aos episódios da série “Pink e o Cérebro” (Steven Spielberg), ao ler jornais (principalmente os econômicos), revistas e sites. Por alguma razão, histórias que envolvem grandes projetos empresariais, de políticas públicas e de sonhadores de boa fé, me trazem aos ouvidos a clássica tirada de Pink, que pergunta: “Cérebro, o que faremos amanhã a noite?”. Ao que Cérebro responde: “A mesma coisa que fazemos todas as noites, Pink... Tentar conquistar o mundo!” Para quem não sabe, os dois são ratos brancos típicos de laboratório, que usam os Laboratórios Acme como base de seus planos mirabolantes.

Apesar dessa maneira um pouco heterodoxa de ver o mundo dos negócios, venho me dedicando com afinco a estudar, entender e ajudar a implantar melhores práticas de Governança Corporativa por acreditar que esta é a terceira onda de consolidação nas relações entre o capital e a sociedade. As outras duas foram os direitos do consumidor e a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Governança Corporativa, na definição do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) “... é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização,



o que estão fazendo as nossas universidades no domínio da pesquisa e desenvolvimento científico?

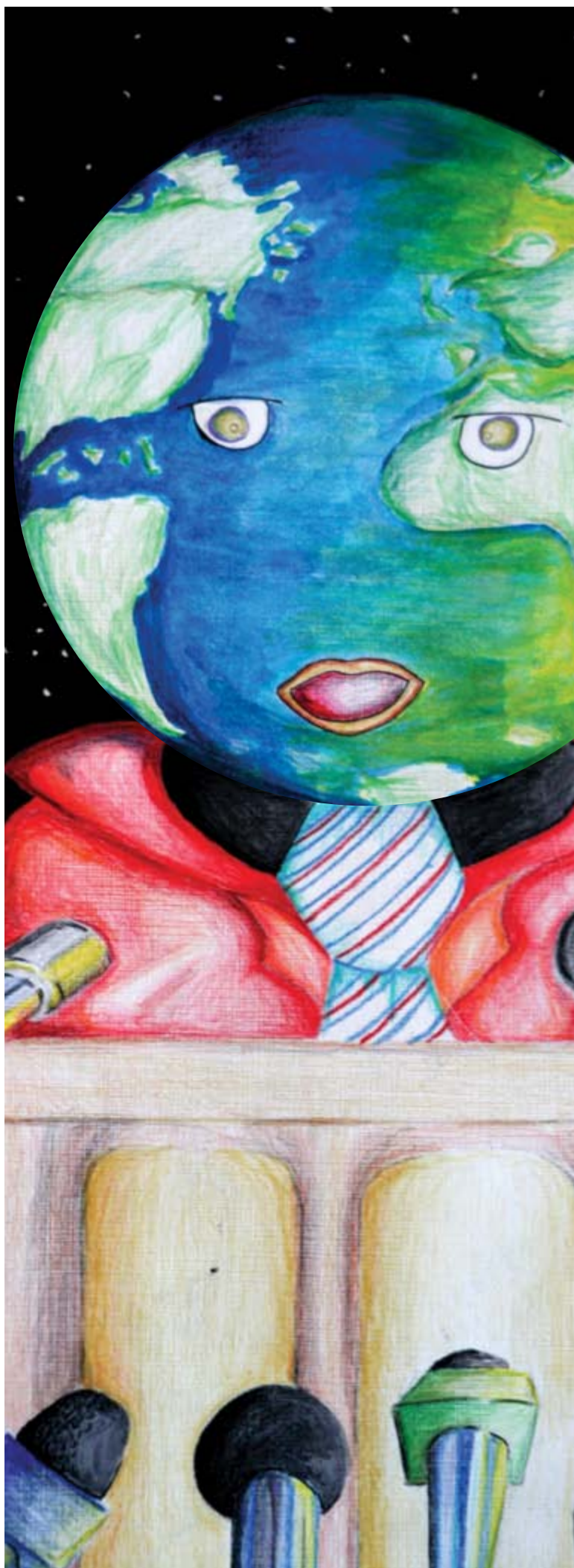
facilitando seu acesso ao capital e contribuindo para a sua longevidade.” Embora dirigida às organizações empresariais, a Governança Corporativa, como ramo da Administração, sustenta-se em princípios genéricos e universais: transparência, equidade, prestação de contas, cumprimento das leis e ética. Por isso mesmo, eles revelam, em sua simplicidade, que a reflexão sobre como são “governados” os processos de interesse coletivo – ou de interesse estratégico para o mundo empresarial – leva à conclusão de que a igualmente clássica expressão “Houston, we have a problem” pode adquirir contornos extremamente concretos.

Dentre esses processos, está o desenvolvimento tecnológico. Nas três primeiras edições de Smart E-nergy, tratei de temas ligados às inovações que irão transformar o setor energético na próxima década ou menos. Porém, restou uma pergunta: como estão sendo governados os processos de indução, difusão e adoção de inovações tecnológicas?

Uma boa maneira de começar a buscar a resposta é com outra pergunta: o que estamos fazendo para nos capacitar como País nessa jornada proustiana em busca do tempo perdido no resgate do Santo Graal da excelência tecnológica? E essa pergunta nos remete a outra: o que estão fazendo as nossas universidades no domínio da pesquisa e

desenvolvimento científico? E as nossas empresas, brasileiras por nascimento ou por adoção (ou seja, aquelas que tem matriz no exterior, mas que há muito tempo estão no país), o que estão fazendo para serem “inovadoras”? E, a mais intrigante: o que está fazendo o governo, seja em nível federal, estadual ou municipal, para apoiar e difundir o progresso científico e tecnológico e estimular a inovação empresarial?

Ao tentar respondê-las, me vi diante de um mosaico - mais do que um mosaico, um daqueles quebra-cabeças que só minha filha caçula é capaz de enfrentar, com mais de mil peças coloridas espalhadas no chão. Sites, blogs, artigos e apresentações de diferentes fontes e autores mostram que o Brasil é pródigo neste tema, como em tantos outros: está em curso uma quantidade imensa de iniciativas, redes federais, estaduais e municipais, fontes de financiamento, agências de fomento



e programas gerais, de caráter setorial ou especificamente temáticos. Mas, nessa imensa variedade de iniciativas, não consegui encontrar o fio condutor para um quadro que resumisse “onde estamos”, “para onde vamos”, “o que já consolidamos” e quais os “próximos passos”. No último 19 de outubro, foi celebrado o Dia da Inovação no Brasil, criado por lei federal no início de 2010. O ministro Miguel Jorge, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, declarou que, se o Brasil almeja alcançar a 5ª. posição dentre as maiores economias mundiais em duas ou três décadas, deve concentrar esforços em educação e inovação. Nada mais simples, nada mais acertado. Enquanto países com parque industrial competitivo, como o Japão, investem cerca de 3% do PIB em pesquisa e desenvolvimento, em 2010 o Brasil deverá investir 1,4% do PIB – cerca de R\$ 42 bilhões, uma montanha de dinheiro, mas ainda aquém da meta do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (Pacti) que previa 1,65% do PIB em 2010, puxado pelo aumento na participação do setor privado, que hoje investe somente 0,5% do PIB em P&D.

A data foi escolhida para lembrar o voo de Santos Dumont ao redor da Torre Eiffel, nesse mesmo dia em 1906. Talvez por isso, eu tenha me lembrado de um artigo extremamente oportuno e interessante da Air&Space Magazin, editada pelo Smithsonian, que tem tudo a ver com o tema “governança de programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e introdução de inovações”.

O artigo “How to win enemies and influence policy – From the halls of power to field laboratories, the Air Force Chief Scientist helps to shape the future of U.S. flight” (“Como vencer inimigos e influenciar políticas – Da antessala do poder aos laboratórios de campo, o Cientista Chefe da Força Aérea ajuda a modelar o futuro da aviação norte-americana”) relata o papel estratégico exercido pelo Cientista Chefe da Força Aérea norte-americana, um civil, cientista ou engenheiro, da academia ou da indústria, que recebe a autoridade de um general de 3 estrelas durante o temporário mandato em que se reporta diretamente ao Secretário da Força Aérea e ao seu Chief of Staff. A posição foi criada no início dos anos 1940, quando o comandante da então Força Aérea do Exército americano, General H. “Hap” Arnold, se deu conta de que os Estados Unidos estavam tecnologicamente defasados no campo aeronáutico não apenas em relação aos seus inimigos imediatos (Alemanha e Japão), mas também em relação a seus aliados.

E assim surgiu essa posição de Cientista Chefe, pela qual passaram as visões que revolucionaram não somente a aviação militar como a aviação civil. Entre elas, a visão do padrão único de navegação com o uso de satélites (o nosso conhecido GPS, global positioning system) Este é um exemplo de como a mistura certa de habilidade política, conhecimento científico e visão de longo prazo torna-se a fórmula vencedora para “governar” transformações. E em detalhe: sabem quantas pessoas compoem o gabinete do tal Cientista Chefe? Duas: um assistente militar e uma secretária executiva. Orçamento? Zero. E o Cientista Chefe não toma decisões: influencia, através do seu aconselhamento e autoridade “moral”, quem toma decisões. E influencia principalmente para evitar que ocorram desperdícios de recursos em coisas inúteis, como o artigo exemplifica. Nada mais simples, nada mais correto.

Será que não estão faltando “cientistas chefe” no mundo público e empresarial que possam ordenar as idéias e influenciar o aperfeiçoamento da “governança” do nosso desenvolvimento científico, tecnológico e das de inovações? ■

Eduardo Bernini economista pela FEA-USP, Sócio-Diretor da Tempo Giusto Consultoria Empresarial, é fã de velhos cartuns e de Will Eisner, genial criador das graphic novels.